

ENTREVISTA A REGINA ZILBERMAN

Cristina Mello

Universidade de Coimbra/Centro de Literatura Portuguesa

Regina Zilberman (n. 1948) é professora adjunta de Literatura Portuguesa no Instituto de Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Graduou-se em Letras pela UFRGS. Doutorou-se em Romanística pela Universidade de Heidelberg e fez pós-doutorado no University College e na Brown University.

É pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Presidiu, entre 2002 e 2008, à Associação Internacional de Lusitanistas, sendo atualmente a sua vice-presidente.

Recebeu, em 2000, na Universidade Federal de Santa Maria, o título de Doutor *Honoris Causa*.

Publicou, entre outras, as seguintes obras: *A literatura infantil na escola*, 1981; *Literatura infantil brasileira: história & histórias*, 1984; *Leitura: perspectivas interdisciplinares*, 1988; *Estética da Recepção e História da Literatura*, 1989; *Literatura e pedagogia: ponto & contraponto*, 1990; *A formação da leitura no Brasil*, 1996; *Como e por que ler a literatura infantil brasileira*, 2005; *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*, 2009; *A leitura e o ensino da literatura*, 2010; *Identidades fraturadas. Ensaios sobre literatura portuguesa*, 2011; *Brás Cubas, autor Machado de Assis leitor*, 2012.

Cristina Mello – *Que aspetos elege como prioritários, hoje, no âmbito da investigação sobre o Ensino da Literatura, em sede universitária? E na escolaridade básica e secundária, que questões considera merecerem estudos aprofundados, também no que diz respeito ao texto literário e ao seu ensino?*

Regina Zilberman – O Ensino da Literatura, enquanto disciplina universitária, tem assumido no Brasil um caráter sobretudo prático e aplicado. Os alunos do nível da graduação são convidados a colaborar em experiências-piloto, que, na sequência, colaborarão com seus estágios, condição para a obtenção do título de licenciados em Letras (Língua Vernácula ou Estrangeira).

Esse predomínio do lado pragmático tem levado a investigações igualmente pragmáticas: observações de experiências docentes, elaboração de planos de ensino, trabalhos cooperativos com professores e alunos de escolas públicas, sobretudo, e em regiões carentes.

Acredito que, no plano da universidade, é possível transcender esse patamar, propondo questões mais substantivas. Uma delas diz respeito à natureza da literatura em geral e em particular a que circula na escola. Já se fizeram pesquisas dessa natureza, visando valorizar a literatura infantil e juvenil ou questionar o cânone da literatura em língua portuguesa. Porém, raramente a pergunta se dirige à própria literatura – o que é esse objeto e o que a faz receber o privilégio de constituir o principal objeto artístico a circular em sala de aula, em detrimento de outras manifestações verbais ou outros formatos de arte.

A ideia não é banir a literatura, mas, por meio de uma investigação, identificar de que literatura falamos – se é que todos falamos do mesmo objeto. Além disso, entender porque o escrito sobrepuja o oral ou o gestual, porque o impresso deixa de lado o pictórico, o musical, etc., porque alguns produtos são considerados de antemão artísticos, em detrimento dos que ficam excluídos da escola, mas são consumidos por seus frequentadores.

Considera que o Ensino da Literatura se situa na esfera disciplinar dos estudos literários e pedagógicos, e ainda na esfera de outras áreas das ciências humanas e sociais? Faço esta pergunta pensando especificamente no interesse que departamentos que não aqueles das áreas tradicionais da linguística e da literatura revelam pelas questões do ensino da literatura. Que repercussões pode haver para a Formação de Professores de um descentramento de locus de produção de saberes sobre a literatura, o seu estudo e o seu ensino?

No contexto dos modernos estudos interdisciplinares, o Ensino da Literatura, na qualidade de disciplina autônoma, não precisaria necessariamente se situar tão apenas em um Departamento de Letras ou em uma Faculdade de Pedagogia (ou Educação). Em outras palavras, ele poderia estar localizado em um ou outro lugar, desde que, em primeiro lugar, o docente encarregado da tarefa de ensinar a ensinar literatura tivesse formação literária. É importante que ele compartilhe com seus estudantes formação semelhante, para poder lidar com aparato conceitual semelhante (ainda que não necessariamente idêntico), conhecer a tradição histórico-literária, estar ciente do estado da arte dos debates críticos, teóricos e ideológicos. De outra parte, esse docente também não pode estar desvinculado das discussões relativas a questões de ordem pedagógica, metodológica e histórica, no que diz respeito à trajetória da educação e de suas aplicações à aprendizagem em geral, do texto literário em particular e dos processos de transmissão dos conteúdos de sua disciplina.

Em segundo lugar, como se vê, a disciplina Ensino de Literatura supõe o exercício de uma ponte entre a Literatura, enquanto objeto, e a Educação, não apenas na condição de práticas singulares, mas na qualidade de áreas de conhecimento com uma história, um significado e um processo de comunicação. Ela encarna a noção de interdisciplinaridade por sua própria natureza e trajetória, já que dispõe

de uma longa história, remontando a um passado que talvez tenha os gregos entre seus fundadores ou, indo mais para trás no tempo, entre os sumérios, que foram igualmente os inventores da escrita e de seus primeiros suportes. Por mais que a literatura proclame sua autonomia, ela não se liberta de seus modos de transmissão, veiculação e legitimação, sendo a escola o mais credenciado e o de maior continuidade, ao menos no Ocidente.

Ocorre que, pelas mesmas razões que justificam sua existência, a disciplina Ensino da Literatura vê-se desprestigiada na Academia, porque desacredita a noção de que a Literatura pode ser autossuficiente, conforme proclamam muitas das teorias em voga sobretudo na primeira parte do século XX e ainda vigentes nos cursos de Letras. Creio que é esse problema que afeta mais especificamente a formação dos professores, pois assumir a docência como parte das tarefas do diplomado em Letras parece uma rendição – um barateamento da Literatura. Por isso, seguidamente o Ensino da Literatura é transplantado para os cursos de Pedagogia, como forma de as Letras se livrarem do “patinho feio”. A valorização da disciplina pode ser, pois, um bom caminho para o fortalecimento de um diálogo entre Letras e Educação que eventualmente beneficie os dois campos do conhecimento.

Considera que os estudos acadêmicos têm contribuído para esboçar os caminhos que as Escolas Básica e Secundária necessitam de enfrentar?

Atenho-me ao caso brasileiro. Acredito que, sim, os estudos na área do ensino da literatura têm esboçado caminhos que o ensino básico (fundamental e médio) precisa enfrentar. Alguns avanços foram importantes nas últimas décadas. No começo dos anos 1980, a Literatura Infantil e Juvenil tornou-se objeto de pesquisas acadêmicas, de que resultaram livros, teses, associações, eventos científicos. Os professores das séries iniciais ressentiam-se de formação e de informação que os ajudassem a lidar com crianças cujo contato

com a literatura dava-se quase que exclusivamente na escola. Houve então um bom diálogo da universidade com os professores por meio de investigações científicas, parcerias entre a universidade e o ensino básico, desenvolvimento de metodologias alternativas, etc. Creio que, mais recentemente, é o ensino médio (ex-secundário) que propõe problemas com os quais se envolvem os professores focados no Ensino da Literatura.

Desde outro ângulo, pode-se também constatar a interferência no Ensino da Literatura (e da Língua) na escola básica: em meados dos anos 1990, o Ministério da Educação (MEC) formulou os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que, embora tenham passado por várias modificações em decorrência do tempo e das mudanças de governo, constituem os paradigmas que organizam a educação no país, por meio dos Referenciais Curriculares, estabelecidos pelas Secretarias Estaduais de Educação (a quem, na maioria dos casos, compete a gerência do ensino básico), e, depois, pela formação das disciplinas, incluindo-se aí Língua Portuguesa e Literatura. Os PCNs foram produzidos no âmbito do MEC, mas as equipes de pesquisa, redação e reformulação procederam (e ainda procedem) da universidade, que aplicam conceitos e concepções originárias de especulações que têm na Análise do Discurso, sobretudo, sua principal fonte de inspiração.

Considerando esses aspectos, pode-se concluir que, sim, os estudos na área de ensino da literatura, em sede universitária, produzem largo e permanente impacto no funcionamento da Escola Básica, incluindo concepções vigentes sobre o conhecimento da língua e da literatura, fomento de práticas de escrita e de leitura, processos de avaliação, etc.

A reconfiguração que, de diversos modos, tem impendido sobre os saberes literários, desde meados do século XX até à atualidade, tem importantes consequências na sociedade e na educação. Sobre o assunto se têm produ-

zido reflexões importantes, por diversos estudiosos da literatura e da cultura, como Todorov, em La littérature en péril. Como vê esse movimento?

Todorov, em seu estudo, chama a atenção para os prejuízos que a mera aplicação de conceitos e metodologias da Teoria da Literatura – ou dos Estudos Literários em geral – pode causar à Literatura, um deles sendo o afastamento do leitor ou o seu desinteresse. Esse diagnóstico parece-me tardio, na medida em que Todorov se refere sobretudo a teorias estruturalistas e pós-estruturalistas em desuso.

De todo modo, a prática persiste, na medida em que, hoje, a expansão dos estudos culturais, de gênero e pós-coloniais fez com que eles assumissem relevância e influência nos cursos de Literatura em âmbito universitário. O que significa que as transformações no campo intelectual repercutem, sim, no ensino e na circulação da literatura, sobretudo a que se lê na universidade. Também repercutem no âmbito da criação, já que temas ligados à emancipação feminina, à orientação sexual das personagens, preconceitos étnicos, ou processos criativos que levam em conta o testemunho, a oralidade, a interferência e o diálogo com outras mídias estão presentes nas obras literárias publicadas nos últimos vinte anos, em especial, na última década.

Na conferência “O conhecimento da literatura”, que apresentou no IV Encontro Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (as atas do encontro foram publicadas em 1998 sob o título Didáctica da língua e da literatura), afirma que devemos aprender com a literatura, mais do que aprender literatura. Dada a centralidade desta tese na discussão sobre o ensino e a didática da literatura, gostaria que esclarecesse o seu pensamento.

A ideia é a de que não somos nós que ensinamos literatura, e sim a de que é ela, a literatura, que nos ensina. A leitura, por sua própria natureza, implica compreensão e interpretação de mundo. Vários pensadores e pedagogos – e destaco Walter Benjamin, Paulo Freire e Hans Robert Jauss, pelo menos – chamam a atenção para o fato de

que o sujeito, ao se posicionar perante o mundo, interpreta seu sentido e dá-lhe um nome. Walter Benjamin é o mais agudo desses pensadores: para ele, os objetos comunicam seu significado, e essa é sua linguagem; mas é o ser humano que nomeia esses objetos, compreendendo a linguagem e transformando-a em língua. Em outro diapasão, Freire designou como “leitura de mundo” a essa relação entre o indivíduo e seu ambiente ou circunstância, pautando o letramento eficiente a partir dessa condição. Jauss descreveu o processo hermenêutico que desencadeia a experiência estética a partir das noções de compreensão, interpretação e aplicação, sem o que não ocorrem a *poiesis*, a *aesthesis* e a catarse, disposições do sujeito mobilizadas pela obra de arte.

A leitura, como se vê, está na base dessas concepções, e é sob esse prisma que ela tem significado para nós. A leitura da literatura magnifica esse processo, pois ela, por suas características, engloba e, ao mesmo tempo, sintetiza o mundo que cabe ao sujeito conhecer, interpretar e apreciar. Esse é o aspecto que justifica a militância em nome da leitura da literatura ou “leitura literária”, como também é conhecida.

Que futuro augura para uma continuada representação do conhecimento escolar da literatura em moldes mais tradicionais, como aqueles a que estávamos habituados até meados do século XX? O que se perde e o que se ganha com as transformações e reconfigurações a que o campo dos estudos literários se encontra sujeito na nossa contemporaneidade?

Foi nos últimos anos da década de 70, do século XX, que se presenciou a ascensão dos estudos, em nível universitário, sobre Literatura Infantil e sobre a circulação da literatura e da leitura literária em sala de aula. Vários fatores podem ter contribuído para essas mudanças: no plano nacional, as alterações promovidas na educação básica e a expansão da escola, dados o crescimento urbano e o surto empresarial; em perspectiva mais ampla, a consolidação das

pesquisas focadas no leitor, desde o ponto de vista da Estética, da Sociologia e da História. Cabe acrescentar que, em consequência do alargamento da oferta de escolarização a populações carentes ou acomodadas nas franjas urbanas, por efeito da migração do campo para a cidade, registraram-se a queda da qualidade do ensino (fruto também da formação apressada do magistério, necessário para dar conta da nova demanda), a diluição dos conhecimentos transmitidos pela escola e a chamada crise de leitura.

A Literatura Infantil foi particularmente convocada para colaborar para o saneamento dos problemas constatados: a indicação de obras literárias mais adequadas, em termos temáticos e linguísticos, ao público escolar emergente parecia um salutar remédio para os males em evidência. Por essa e outras razões, o gênero cresceu em qualidade e, sobretudo, quantidade, fenômeno que ainda se verifica no âmbito da produção em escala industrial do livro no Brasil.

Assim, a partir dos anos 1980, e crescentemente, os autores canônicos da literatura em língua portuguesa foram saindo dos currículos escolares. Primeiramente, os românticos e naturalistas, depois, mesmos os modernos ficaram com espaço reduzido em sala de aula. Outra reação foi o recurso à adaptação: José de Alencar, Machado de Assis, Aluísio Azevedo transformaram-se em literatura para jovens, porque adaptados ao público adolescente, acostumado a narrativas lineares, com muito diálogo e pouca intervenção do narrador. A quadrinização dos clássicos foi outro fenômeno observado, fornecendo uma espécie de janela por onde nossos escritores paradigmáticos espiam o que se passa no mundo da leitura.

A curto prazo, pode-se prognosticar que esses resultados continuarão a ser observados: caídos em domínio público, mais autores serão reconfigurados para circular em sala de aula, o que pode ser mau – o jovem não lê *Dom Casmurro*, mas as versões que Fernando Sabino ou Moacyr Scliar deram às desventuras de Bento Santiago;

mas também pode ser bom – as obras canônicas perdem sua aura e podem ser apreciadas pelo público emergente que poderá, se for mais exigente, migrar para os textos originais. Estabelece-se um espaço de criação para os autores contemporâneos, ao mesmo tempo garantindo a continuidade entre o passado e o presente da literatura, pelo menos, neste caso, da literatura brasileira.

Por último, vale destacar uma faceta não menos importante: houve um tempo em que os autores atuais e canônicos não circulavam na escola, pois as seletas e florilégios, nome que as antologias e os livros didáticos tinham no século XIX, privilegiavam poetas e prosadores do quinhentos, do seiscentos e do setecentos. Depois de vários movimentos reivindicatórios, de que são exemplares os textos de José Veríssimo, chegou a vez de Machado de Assis, Coelho Neto, Raul Pompeia, etc., serem lidos pelos estudantes em coletâneas como a *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet. Mas, como a fila anda, eles acabaram por perder a vez; a circunstância de que essa perda não incidiu em esquecimento talvez possa ser considerado um fato positivo, já que seu completo desaparecimento comprometeria a história da literatura, e sua permanência obrigatória equivaleria a um anacronismo e a uma violência.

Que potencialidades considera existirem na escolarização da literatura infantil e juvenil para a educação literária dos jovens leitores?

Há vários exemplos de boas práticas de ensino da literatura na escola. Registram-se experiências interessantes em regiões carentes, trabalhos com gêneros, como a poesia, aparentemente menos afeitos às práticas leitoras de crianças e jovens, e procedimentos válidos de integração entre o poder público e a área privada. Bons exemplos de trabalho com poesia podem ser encontrados no site *Tigrealbino.com.br*, periódico *on line* dedicado à poesia para crianças e jovens; a integração entre o poder público e a área privada ocorre, por exemplo, no projeto Escola de Leitores, desenvolvido em parceria com

o Instituto C&A; o PROLER, programa de formação de leitores gerenciado pela Biblioteca Nacional, chega ao Brasil profundo, como comprovam suas publicações, patrocinadas pela Casa da Leitura, no Rio de Janeiro. E na cidade de Passo Fundo alcançou-se provavelmente o resultado mais animador e virtualmente modelar: fruto de uma atividade em desenvolvimento desde o começo de 1980, liderada pela Universidade local, de que fazem parte a Jornada de Literatura e as ações do programa designado Mundo da Leitura, verificou-se um notável incremento no número de leitores e de consumo de livros *per capita*, superando as médias estaduais e nacionais, o que transformou a cidade onde o projeto se realiza em Capital Nacional da Literatura.

No que diz respeito ao ensino universitário, como vê a continuada repercussão de dois grandes autores como Vítor Manuel de Aguiar e Silva e Antonio Cândido, designadamente no que diz respeito à formação da cultura literária dos professores?

Os dois autores mencionados estão presentes nos currículos das disciplinas dos cursos de Letras, do Brasil, há longo tempo. A *Teoria da Literatura*, de Vitor Manuel de Aguiar e Silva, é provavelmente o *text book* mais conhecido e mais utilizado pelos estudantes daquela matéria. Antonio Cândido comparece sobretudo com sua *Formação da Literatura Brasileira*, que fornece o principal arcabouço da história da literatura brasileira. Há que lembrar, contudo, que Cândido é igualmente autor de ensaios fundamentais sobre a questão da leitura literária e seu papel social, destacando-se aqui dois dos mais conhecidos: “A literatura e a formação do homem” e “O direito à literatura”.

Como perspectiva o horizonte para uma produtiva investigação na área do Ensino da Literatura, face à diversidade dos problemas da escola contemporânea?

Parece-me que há duas linhas de força que requerem permanente investigação: de uma parte, o exame da questão da literatura e de

seu ensino desde o prisma da história. Por mais novos que sejam os temas, os problemas e suas soluções, não me parece produtivo perder de vista o modo como eles apareceram, constituíram-se, transformaram-se e, até eventualmente, desapareceram. De outra parte, o foco deve se voltar aos tópicos propostos pelas transformações científicas, tecnológicas, ideológicas e sociais. O conceito de literatura hoje não é igual àquele com que se lidava há trinta anos atrás, quando o ensino da literatura começou a viver uma crise específica de identidade. Em 1980, podia se falar de leitura e levar em consideração tão somente o texto impresso; em nossos dias, essa atitude ficou obsoleta e anacrônica, tema que, em obra coletiva que organizei junto com Tania Rösing, *Escola e literatura – velha crise, novas alternativas*, se procurou discutir, propondo, simultaneamente, opções de conduta em sala de aula.

O importante, porém, é não perder de vista o objeto com que se trabalha – a literatura – em uma circunstância particular – na escola, para estudantes e professores. E também não considerar que esse tema é colateral ou marginal. Pelo contrário, ele é central, porque, em primeiro lugar, é na escola que encontramos efetivamente *a literatura em ação*; depois, porque é dessa circulação, como das demais, fora da escola, mas também por causa dela, que a literatura existe, circula, comunica-se e permanece. Não houvesse a escola (considerada enquanto um universo que inclui pessoas, ideias, procedimentos, etc.), o “resto [seria] silêncio”, e a academia, uma ilusão perdida.